



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Comitê Financiamento e Garantia das Exportações

ATA DE REUNIÃO

Para efeitos da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011), o acesso à presente Ata é público, ressalvadas as informações indicadas como reservadas, com base no inciso II do art. 23 da referida Lei, bem como as hipóteses de sigilo conforme inciso I do art. 6º do Decreto nº 7.724/2012, especialmente o sigilo comercial.

Às quinze horas do dia nove de março de dois mil e vinte e dois foi realizada a 178ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, sob a presidência do Sr. João Luis Rossi, no exercício do cargo de Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais Substituto, com a participação dos seguintes membros: Sra. Juliana Larenas, representante suplente do Ministério da Defesa; Sr. Jean Marcel Fernandes, representante suplente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Rodrigo Dourado e Sr. Paulo Afonso Vieira Junior, representantes titular e suplente da Casa Civil da Presidência da República; Sr. Marcelo Salum, representante suplente do Ministério das Relações Exteriores e Sr. Rafael Brigolini, representante suplente da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia. Também esteve presente a Sra Ana Paula Lindgren Alves Repezza, Secretária-Executiva da Camex.

Como convidados, participaram da reunião o Sr. Carlos Frederico Braz de Souza e a Sra. Márcia Dias, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Sr. Alexandre Winicius da Costa Machado, Sra. Elvira Maria Rodrigues Gouveia e Sra Fernanda Kich, representando o Banco do Brasil S.A.; Sra Helena Wenceslau, Sr. José Aparecido Dantas Filho, Sr. Rodrigo Albanesi e Sr. Matheus Alves, representando a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF.

Verificada a existência de quorum, o Presidente do Cofig deu início à reunião, que tinha como objetivo deliberar sobre a seguinte pauta:

MÓDULO I – ASSUNTOS GERAIS

Para deliberação:

1. Aprovação de Ata

Cofig: Aprovou a ata referente à 177ª RO do Cofig, realizada em 31 de janeiro de 2022.

MÓDULO II – PROEX

Para conhecimento:

2. Mapas Orçamentários

O representante do Banco do Brasil apresentou planilhas sobre o orçamento contratado para o exercício de 2022 (posição acumulada em 25/02/2022) com as seguintes informações:

PROEX Equalização: a) Execução orçamentária: da dotação orçamentária de R\$ 800 milhões, houve execução financeira de R\$ 52,94 milhões; em um comparativo com o mesmo período do ano anterior,

constatou-se um decréscimo de 64% na execução financeira, considerando os valores em reais, e decréscimo de 49% em dólares; b) Passivo contratado: o total do passivo contratado até 2023 é de R\$ 846,82 milhões, dos quais R\$ 755,72 milhões estão com execução prevista para o exercício de 2022. Considerando a dotação orçamentária, a execução financeira e o passivo contratado com execução prevista para o exercício de 2022, no momento, não há disponibilidade orçamentária para aprovação de novas operações.

Em relação à modalidade PROEX Financiamento, registrou-se: a) Execução orçamentária: da dotação orçamentária de R\$ 2,1 bilhões, houve execução financeira de R\$ 174,48 milhões; b) Passivo contratado: o total do passivo contratado era de R\$ 434,78 milhões, com 100% da execução prevista para o exercício de 2022. Considerando a dotação orçamentária, a execução financeira e o passivo contratado com execução prevista para o exercício de 2022, a disponibilidade orçamentária real foi de R\$ 1,49 bilhões.

Cofig: Tomou conhecimento sobre os mapas orçamentários do Proex, referentes a fevereiro de 2022, relatados pelo Banco do Brasil.

3. Apresentação do Relatório Anual Proex 2021

O representante da STN apresentou os dados comparativos do Proex no ano de 2021 em relação aos exercícios de 2019 e 2020.

No ano de 2021, houve elevação da execução orçamentária no Proex Equalização em relação aos últimos 2 anos. No que diz respeito ao valor total das exportações apoiadas por ano, em 2021 constatou-se uma diminuição de cerca de 10% nesse valor em relação à 2020. Além dessa diminuição no valor em reais, também houve diminuição no número de operações e na quantidade de exportadores. Relatou também que, em 2021, as emissões de NTN-I, que representam o gasto do Tesouro Nacional com o Programa, aumentaram, mas houve diminuição da alavancagem do programa em comparação à 2020. Em 2021, o principal país de destino das exportações foi os EUA, tanto em quantidade de operações apoiadas (2.232) quanto no total de emissões de NTN-I (69%). Já a maior concentração por setor de atividade foi na exportação de máquinas e equipamentos, seguido por aeronaves. No que tange ao prazo, as operações com mais de 10 anos representaram 72% do total de NTN-Is emitidas, ainda que não representem a maioria em número de operações aprovadas. Por fim, em 2021, a maior parte das operações (cerca de 37% das operações) tiveram *spread* entre 0,6% e 1,1% a.a, o que representa uma alteração relevante em relação aos exercícios anteriores, onde a maior parcela das operações estava na faixa entre 1,5% e 2% a.a. de *spread*. Tal alteração pode estar refletindo a alteração na metodologia de cálculo de *spread* de equalização realizada em 2021, consignada por meio da publicação da Portaria ME nº 8.623, de 20 de julho 2021.

No que tange ao Proex Financiamento, houve uma diminuição na execução orçamentária no ano de 2021 em relação aos 2 anos anteriores, em virtude da diminuição do número de operações aprovadas, cujo total foi de 624 em 2021 vis-à-vis 1.214 em 2019 e 1.006 em 2020. Devido à elevada magnitude da operação para a construção da Rodovia Ketou-Savè, no Benin, houve concentração no valor de desembolsos na modalidade Concessional do programa para o país em questão. Por fim, em relação aos desembolsos por prazo do financiamento, 43% das operações foram de curto prazo (até 6 meses), ao passo que 44% foram de prazo superior a 10 anos, fator novamente explicado pela operação do Benin.

Cofig: Tomou conhecimento sobre o desempenho do Proex no ano de 2021.

MÓDULO III - FGE/SCE

Para conhecimento:

4. Relatório Executivo de Risco

O representante da ABGF apresentou informações contidas no Relatório Executivo de Risco do FGE, com posição fechada em janeiro de 2022. Segundo o relatório apresentado, a exposição total do FGE em 31 de janeiro de 2022 era de US\$ 7,17 bilhões. A maior exposição relativa foi com os EUA, seguido por Venezuela, Cuba, Brasil e Peru. Em relação à exposição por segmento de atividade econômica, o setor de transporte aéreo representou 46% da exposição, seguido dos setores de infraestrutura (32%), defesa (7,9%) e energia elétrica (6,4%).

Cofig: Tomou conhecimento do Relatório Executivo de Risco do FGE, referente a janeiro de 2022, apresentado pela ABGF.

5. Situação Orçamentária do SCE/FGE em 2022

Considerando o corte na dotação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) ocorrido durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2022 e a decisão do Comitê de não analisar novos pedidos de enquadramento no âmbito do SCE com possibilidade de impacto orçamentário em 2022 enquanto permanecesse o quadro de insuficiência orçamentária do SCE/FGE (decisão exarada na 177ª RO do COFIG, realizada em 31 de janeiro de 2022 e formalizada por meio do Ofício SEI nº 29475/2022/ME, de 02 de fevereiro de 2022), o representante da Sucex/SE-Camex fez breve relato acerca da situação orçamentária do SCE/FGE. O representante relatou que já havia sido solicitada à instância competente, qual seja, a Diretoria de Finanças e Contabilidade do Ministério da Economia, pedido de recomposição do orçamento para o valor de R\$ 1.720.000.000,00 solicitado no PLOA – que, após corte de 35,6%, resultou no valor constante na LOA de R\$ 1.107.435.172,00. Nada obstante, até o momento da realização da reunião, a recomposição solicitada não havia se materializado.

Cofig: Tomou conhecimento acerca da situação orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Para deliberação:

6. Operações:

a) Cofig 952

Pleito: Pedido de cobertura do Seguro de Crédito à Exportação.

Exportador: Mac Jee Indústria de Defesa Ltda

Importador: [REDACTED]

Valor da Exportação: [REDACTED]

Objeto: [REDACTED]

Risco coberto: Obrigações contratuais

Modalidade: [REDACTED]

Banco Garantido: Banco do Brasil

Apoio Oficial: SCE/FGE

Valor coberto:

Taxa de Prêmio:

[REDACTED]

Percentual de Cobertura: [REDACTED]

Contragarantia: [REDACTED]

O representante da ABGF apresentou o pleito que tratava-se da solicitação de cobertura de riscos de garantias referente à operação entre a Mac Jee Indústria de Defesa Ltda e [REDACTED] para exportação de [REDACTED]

Conforme relatório emitido pela ABGF, a recomendação foi pelo deferimento do pleito. No entanto, em razão da situação orçamentária do FGE apresentada, o Ministério da Defesa solicitou a retirada de pauta da operação e os demais membros aprovaram a retirada do item de pauta.

Cofig: Aprovou a retirada de pauta da operação.

MÓDULO IV- OUTROS ASSUNTOS

Para conhecimento

7. Relato sobre o Novo Modelo SCE

O representante da SE-Camex relatou ao Comitê sobre o andamento e últimos desdobramentos da reforma do Novo Modelo de Lastro do SCE. A iniciativa se insere no âmbito da reforma do sistema de apoio oficial à exportação iniciada pela Resolução GECEX nº 12/2020, que estabeleceu mandato e diretrizes para a referida reforma. Reiterou que considerando a dinâmica para realização dos trabalhos no processo de reforma e as competências dos órgãos envolvidos, conforme disposto no inciso XV do art. 7 do Decreto nº 10.044, de 04 de outubro de 2019, compete ao GECEX “estabelecer as diretrizes para a política de financiamento das exportações de bens e de serviços e para a cobertura dos riscos de operações a prazo, inclusive aquelas relativas ao Seguro de Crédito à Exportação”.

Nesse sentido, considerando a necessidade de aprofundamento técnico acerca das novas minutas de Resolução Gecex sobre o tema apresentadas na 187ª Reunião Ordinária do Comitê, realizada em 14 de outubro de 2021, têm sido produzidos documentos técnicos, bem como realizadas reuniões, com participação da Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento – SETO, SE-CAMEX, BNDES, ABGF, Caixa Econômica Federal e outras instâncias do Ministério da Economia para discussão e aprofundamento da proposta de novo modelo de lastro para o SCE/FGE.

Cofig: Tomou conhecimento sobre o andamento e últimos desdobramentos da reforma do Novo Modelo de Lastro do SCE.

8. Angola – iniciativa do país para discussão acerca de novo Memorando de Entendimento entre Brasil e Angola

O representante da Sucex/SE-Camex relatou o interesse angolano na retomada dos diálogos para abertura de linhas de crédito específicas para o país. Recentemente, o embaixador Florêncio de Almeida e sua equipe estiveram em reunião com representantes do MRE e da Sucex para averiguar a possibilidade de constituição de novo memorando ou protocolo de entendimento similar aos já firmados entre os dois países no passado.

Informou sobre o interesse da disponibilização de uma linha específica para investimentos em Angola, principalmente, na área de infraestrutura e de maquinários agrícolas.

Cofig: Tomou conhecimento sobre a iniciativa angolana de retomada dos diálogos para abertura de linhas de crédito específicas para o país.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Rezende Brigolini, Coordenador(a)-Geral**, em 26/04/2022, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ribeiro Larenas, Membro**, em 26/04/2022, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **João Luis Rossi, Secretário(a) Especial de Comércio**



Exterior e Assuntos Internacionais Adjunto(a), em 27/04/2022, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Marcel Fernandes, Membro**, em 02/05/2022, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Duarte Dourado, Coordenador(a)-Geral**, em 09/05/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Salum, Membro**, em 11/05/2022, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24265741** e o código CRC **2CF6A520**.

Referência: Processo nº 19971.100121/2022-15

SEI nº 24265741